2.2.13 Procedimento Administrativo Preliminar nº 001/2010-2ªPJSIP (Protocolo nº 28804/2010). Procedência: 2ª PJ de Santa Izabel do Pará (Of. nº 188/2010). Interessado(s): Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Pará. Assunto: apurar a ocorrência de improbidade administrativa na prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Santa Izabel do Pará, relativa ao exercício financeiro de 2000. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela homologação do arquivamento do Procedimento Administrativo Preliminar nº 001/2010-2ªPJSIP no que se refere à improbidade administrativa, em face da prescrição, e, na esfera penal, DECIDIU pelo retorno dos autos à Promotoria de Justiça de Santa Izabel do Pará para a adoção das medidas cabíveis, haja vista não ser atribuição do Conselho Superior homologar arquivamento em matéria de natureza criminal. Outrossim, o Conselho Superior DECIDIU, conforme proposto pelo Conselheiro MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR, pela extração de cópia dos autos e remessa à Procuradoria da Fazenda Nacional, para que aquele órgão verifique a possibilidade de intentar ação de ressarcimento ao erário de verbas federais que porventura tenham sido desviadas.

2.2.14 Procedimento Administrativo Preliminar nº 333/2010-MP/PJ/DC/PP (Protocolo nº 17369/2011). Procedência: 1ª PJ de Direitos Constitucionais e Patrimônio Público (Of. nº 192/2011). Interessado(s): Claudilene Souza Maia e outros. Assunto: apurar denúncia de irregularidades no Concurso Público C-149 da Polícia Civil do Estado do Pará. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, pela homologação do arquivamento do Procedimento Administrativo Preliminar nº 333/2010-MP/PJ/DC/PP, nos termos do voto do Conselheiro Relator, em razão do assunto já estar sendo discutido em juízo, não mais cabendo o prosseguimento do feito no âmbito extrajudicial.

2.3 Processos de relatoria do Exmo. Conselheiro MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR. O Conselheiro Relator, Dr. MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR, propôs e o Conselho Superior concordou a realização do julgamento em bloco dos feitos constantes dos itens 2.3.1, 2.3.2, 2.3.3, 2.3.4, 2.3.5, 2.3.7 e 2.3.8.

2.3.1 Procedimento Extrajudicial nº 020/2008-MP/PJ/DC/PP (Protocolo nº 1316/2008). Procedência: 4ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais e Patrimônio Público (Of. Nº 238/2008). Interessado(s): Justiça do Trabalho da 8ª Região. Assunto: Apuração de responsabilidade na contratação irregular de servidor temporário pela Fundação da Criança e Adolescente do Pará - FUNCAP. O Conselheiro Relator, Dr. MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR, esclareceu que se tratava de processos instaurados por provocação da justiça obreira, que mantinha, naquela ocasião, a expectativa de ser competente para apreciar e julgar os feitos que envolviam contratos de servidores temporários e, havendo sido identificada a responsabilidade do agente contratante ou do próprio Estado, com o reconhecimento, em favor dos reclamantes, de parcelas referentes a FGTS ou demais direitos trabalhistas. Após o encaminhamento dos feitos à apreciação do Ministério Público sobreveio decisão do Supremo Tribunal Federal acerca da questão que decidiu pela incompetência da Justiça do trabalho para atuar nesses feitos, por não reconhecer nessas relações vínculos trabalhistas, mas sim jurídico-administrativos, não reconhecendo a esses servidores temporários os direitos a parcelas de FGTS e anotações na CTPS previstas na Consolidação das leis do Trabalho, determinando o julgamento dos feitos pela justiça comum. A Promotoria de Justiça promoveu o arquivamento dos feitos, com fundamento de não poder impetrar ação de improbidade administrativa em desfavor dos entes estatais ou de seus representantes, pois os mesmos agiram sob manto de leis que prorrogaram os contratos temporários, o que afasta a possibilidade de enquadramento da conduta como improbidade administrativa, ainda que essas leis tenham sido posteriormente julgadas inconstitucionais. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, pela homologação do arquivamento do Procedimento Extrajudicial nº 020/2008-MP/PJ/DC/PP, nos termos do voto proferido oralmente pelo Conselheiro Relator, que adotou in totum o relatório e voto da Conselheira ESTER DE MORAES NEVES DE OUTEIRO, a quem o feito foi distribuído no biênio 2009/2010.

2.3.2 Procedimento Extrajudicial nº 161/2006-MP/PJ/DC/PP (Protocolo nº 25682/2006). Procedência: 4ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais e Patrimônio Público (Of. Nº 246/2008). Interessado(s): Juiz Federal da 15ª Vara do trabalho. Assunto: Apuração de responsabilidade na contratação irregular de servidor temporário pela Fundação da Criança e Adolescente do Pará - FUNCAP. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, pela homologação do arquivamento do Procedimento Extrajudicial nº 161/2006-MP/PJ/DC/PP, nos termos do voto proferido oralmente pelo Conselheiro Relator, que adotou in totum o relatório e voto da Conselheira ESTER DE MORAES NEVES DE OUTEIRO, a quem o feito foi distribuído no biênio 2009/2010.

2.3.3 Procedimento Extrajudicial nº 017/2007-MP/PJ/DC/PP (Protocolo nº 601/2007). Procedência: 4ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais e Patrimônio Público (Of. Nº 247/2008). Interessado(s): Justiça do Trabalho da 8ª Região. Assunto: Apuração de responsabilidade na contratação

irregular de servidor temporário pelo Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves". O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, pela homologação do arquivamento do Procedimento Extrajudicial nº 017/2007-MP/PJ/DC/PP, nos termos do voto proferido oralmente pelo Conselheiro Relator, que adotou in totum o relatório e voto da Conselheira ESTER DE MORAES NEVES DE OUTEIRO, a quem o feito foi distribuído no biênio 2009/2010.

2.3.4 Procedimento Extrajudicial nº 088/2008-MP/PJ/DC/PP (Protocolo nº 11168/2008). Procedência: 4ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais e Patrimônio Público (Of. Nº 249/2008). Interessado(s): Juíza da 4ª Vara do Trabalho. Assunto: Apuração de responsabilidade na contratação irregular de servidor temporário pela Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, pela homologação do arquivamento do Procedimento Extrajudicial nº 088/2008-MP/PJ/DC/PP, nos termos do voto proferido oralmente pelo Conselheiro Relator, que adotou in totum o relatório e voto da Conselheira ESTER DE MORAES NEVES DE OUTEIRO, a quem o feito foi distribuído no biênio 2009/2010.

2.3.5 Procedimento Extrajudicial nº 086/2008-MP/PJ/DC/PP (Protocolo nº 5033/2008). Procedência: 4ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais e Patrimônio Público (Of. Nº 248/2008). Interessado(s): Juíza da 1ª Vara do Trabalho. Assunto: Apuração de responsabilidade na contratação irregular de servidor temporário pelo Estado do Pará. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, pela homologação do arquivamento do Procedimento Extrajudicial nº 086/2008-MP/PJ/DC/PP, nos termos do voto proferido oralmente pelo Conselheiro Relator, que adotou in totum o relatório e voto da Conselheira ESTER DE MORAES NEVES DE OUTEIRO, a quem o feito foi distribuído no biênio 2009/2010.

2.3.6 Procedimento Extrajudicial nº 160/2006-MP/PJ/DC/PP (Protocolo nº 24756/2006). Procedência: 4ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais e Patrimônio Público (Of. Nº 244/2008). Interessado(s): Juiz da 7ª Vara do Trabalho de Belém. Assunto: Apuração de responsabilidade na contratação irregular de servidor temporário pelo Estado do Pará. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, pela homologação do arquivamento do Procedimento Extrajudicial nº 160/2006-MP/PJ/DC/PP, nos termos do voto proferido oralmente pelo Conselheiro Relator, que adotou in totum o relatório e voto da Conselheira ESTER DE MORAES NEVES DE OUTEIRO, a quem o feito foi distribuído no biênio 2009/2010.

2.3.7 Procedimento Extrajudicial nº 146/2008-MP/PJ/DC/PP (Protocolo nº 13793/2008). Procedência: 4ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais e Patrimônio Público (Of. Nº 252/2008). Interessado(s): justiça do Trabalho da 8ª Região. Assunto: Apuração de responsabilidade na contratação irregular de servidor temporário pela Secretaria Executiva de Saúde Pública - SESPA. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, pela homologação do arquivamento do Procedimento Extrajudicial nº 146/2008-MP/PJ/DC/PP, nos termos do voto proferido oralmente pelo Conselheiro Relator, que adotou in totum o relatório e voto da Conselheira ESTER DE MORAES NEVES DE OUTEIRO, a quem o feito foi distribuído no biênio 2009/2010.

2.3.8 Procedimento Extrajudicial nº 129/2007-MP/PJ/DC/PP (Protocolo nº 20532/2007). Procedência: 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais e Patrimônio Público (Of. Nº 119/2008). Interessado(s): Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Assunto: Apuração de responsabilidade na contratação irregular de servidor temporário pela Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social - SETEPS. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, pela homologação do arquivamento do Procedimento Extrajudicial nº 129/2007-MP/PJ/DC/PP, nos termos do voto proferido oralmente pelo Conselheiro Relator, que adotou in totum o relatório e voto da Conselheira ESTER DE MORAES NEVES DE OUTEIRO, a quem o feito foi distribuído no biênio 2009/2010.

O Conselheiro Relator, Dr. MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR, propôs e o Conselho Superior concordou a realização do julgamento em bloco dos feitos constantes dos itens 2.3.9, 2.3.10, 2.3.11, 2.3.12, 2.3.13, 2.3.14 e 2.3.15.

2.3.9 Procedimento Extrajudicial nº 128/2007-MP/PJ/DC/PP (Protocolo nº 18710/2007). Procedência: 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais e Patrimônio Público (Of. Nº 120/2008). Interessado(s): Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Assunto: Apuração de responsabilidade na contratação irregular de servidor temporário pela Secretaria Executiva de Saúde Pública - SESPA. O Conselheiro Relator, Dr. MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR, esclareceu que também se tratava de processos instaurados por provocação da justiça trabalhista. Após o encaminhamento dos feitos à apreciação do Ministério Público sobrevieram dois fatos, primeiramente, a propositura pelo Ministério Público do Trabalho de Ação Civil Pública Trabalhista, e, posteriormente, a decisão do Supremo Tribunal Federal acerca da questão que decidiu pela incompetência da Justiça do trabalho para atuar nesses feitos, por não reconhecer nessas relações vínculos trabalhistas, mas sim jurídico-administrativos, não reconhecendo a esses servidores temporários os direitos a parcelas de FGTS e anotações na CTPS

previstos na Consolidação das leis do Trabalho, determinando o julgamento dos feitos pela justiça comum. A Promotoria de Justiça promoveu o arquivamento dos feitos, com fundamento de não poder impetrar ação de improbidade administrativa em desfavor dos entes estatais ou de seus representantes, pois os mesmos agiram sob manto de leis que prorrogaram os contratos temporários, o que afasta a possibilidade de enquadramento da conduta como improbidade administrativa, ainda que essas leis tenham sido posteriormente julgadas inconstitucionais. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, pela homologação do arquivamento do Procedimento Extrajudicial nº 128/2007-MP/PJ/DC/PP, em razão da perda do objeto, nos termos do voto proferido oralmente pelo Conselheiro Relator, que adotou in totum o relatório e voto do Conselheiro RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA, a quem o feito foi distribuído no biênio 2009/2010.

2.3.10 Procedimento Extrajudicial nº 003/2008-MP/PJ/DC/PP (Protocolo nº 23389/2007). Procedência: 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais e Patrimônio Público (Of. Nº 121/2008). Interessado(s): Juiz da 11ª Vara do Trabalho de Belém. Assunto: Apuração de responsabilidade na contratação irregular de servidor temporário pela Companhia Paraense de Turismo - PARATUR. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, pela homologação do arquivamento do Procedimento Extrajudicial nº 003/2008-MP/PJ/DC/PP, em razão da perda do objeto, nos termos do voto proferido oralmente pelo Conselheiro Relator, que adotou in totum o relatório e voto do Conselheiro RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA, a quem o feito foi distribuído no biênio 2009/2010.

2.3.11 Procedimento Extrajudicial nº 127/2007-MP/PJ/DC/PP (Protocolo nº 18709/2007). Procedência: 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais e Patrimônio Público (Of. Nº 118/2008). Interessado(s): Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Assunto: Apuração de responsabilidade na contratação irregular de servidor temporário pela Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, pela homologação do arquivamento do Procedimento Extrajudicial nº 127/2007-MP/PJ/DC/PP, em razão da perda do objeto, nos termos do voto proferido oralmente pelo Conselheiro Relator, que adotou in totum o relatório e voto do Conselheiro RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA, a quem o feito foi distribuído no biênio 2009/2010.

2.3.12 Procedimento Extrajudicial nº 281/2008-MP/PGJ (Protocolo nº 17248/2008). Procedência: Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais e Patrimônio Público (Of. Nº 117/2008). Interessado(s): Justiça do Trabalho da 8ª Região. Assunto: Apuração de responsabilidade na contratação irregular de servidor temporário pelo Instituto de Assistência a Saúde dos Servidores do Estado do Pará - IASEP. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, pela homologação do arquivamento do Procedimento Extrajudicial nº 281/2008-MP/PJ/DC/PP, em razão da perda do objeto, nos termos do voto proferido oralmente pelo Conselheiro Relator, que adotou in totum o relatório e voto do Conselheiro RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA, a quem o feito foi distribuído no biênio 2009/2010.

2.3.13 Procedimento Extrajudicial nº 312/2008-MP/PGJ (Protocolo nº 19892/2008). Procedência: Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais e Patrimônio Público (Of. Nº 116/2008). Interessado(s): Juiz da 13ª Vara do Trabalho de Belém. Assunto: Apuração de responsabilidade na contratação irregular de servidor temporário pela Secretaria de Estado de Trabalho e Renda - SETER. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, pela homologação do arquivamento do Procedimento Extrajudicial nº 312/2008-MP/PJ/DC/PP, em razão da perda do objeto, nos termos do voto proferido oralmente pelo Conselheiro Relator, que adotou in totum o relatório e voto do Conselheiro RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA, a quem o feito foi distribuído no biênio 2009/2010.

2.3.14 Procedimento Extrajudicial nº 181/2008-MP/PGJ (Protocolo nº 10120/2008). Procedência: Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais e Patrimônio Público (Of. Nº 115/2008). Interessado(s): Justiça do Trabalho da 8ª Região. Assunto: Apuração de responsabilidade na contratação irregular de servidor temporário pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARÁ. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, pela homologação do arquivamento do Procedimento Extrajudicial nº 181/2008-MP/PJ/DC/PP, em razão da perda do objeto, nos termos do voto proferido oralmente pelo Conselheiro Relator, que adotou in totum o relatório e voto do Conselheiro RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA, a quem o feito foi distribuído no biênio 2009/2010.

2.3.15 Procedimento Extrajudicial nº 082/2008-MP/PGJ (Protocolo nº 4940/2008). Procedência: Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais e Patrimônio Público (Of. Nº 114/2008). Interessado(s): Justiça do Trabalho da 8ª Região. Assunto: Apuração de responsabilidade na contratação irregular de servidor temporário pelo Estado do Pará. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, pela homologação do arquivamento do Procedimento Extrajudicial nº 082/2008-MP/PJ/DC/PP, nos termos do voto proferido oralmente pelo Conselheiro Relator, que adotou in totum o relatório e voto do Conselheiro RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA, a quem o feito foi distribuído no biênio 2009/2010.

2.3.16 Procedimento Extrajudicial nº 180/2007-MP/PJ/DC/